

Secretário contesta o relatório

Weligton sustenta que a subcomissão de bancos fez uma análise parcial

O relatório da Subcomissão de Emendas, está repleto de parcialidade, segundo o secretário de Comunicação Social, Weligton Moraes. "Ele chega ao cúmulo de citar denúncias sem se referir às explicações dadas pelo governador Roriz durante seu testemunho ou encaminhadas posteriormente ao relator-geral, deputado Roberto Magalhães", diz o secretário.

Weligton chama a atenção para o fato de que o relatório — na verdade, um documento que já estava preparado e que nem chegou a ser discutido com os demais membros da Subcomissão — "chega ao cúmulo de adotar como sendo da comissão denúncias anônimas que sequer foram investigadas ou checadas, outras que passaram apenas por 'exame preliminar', ou frases do tipo 'o fato, se confirmado, denotaria cumplicidade do GDF com vícios do processo', e coisas do tipo".

Metrô — Para Weligton, no caso das emendas sobre o metrô, o relatório extrapola: cita emenda do deputado João Alves, que substituiu duas outras, uma delas do deputado Augusto Carvalho, do PPS, prevendo recursos para o metrô. "O deputado Sigmaringa Seixas insiste que a emenda é do relator, ignorando que o deputado Augusto Carvalho fizera proposta cinco vezes maior do que as de João Alves, havendo ainda outra emenda, pequena, do senador Valmir Campelo, na época deputado federal. Pura má-fé. Só que o Executivo vetou a emenda. Diz o deputado Sigmaringa: 'Por motivos alheios à vontade de ambos (GDF e João Alves), as verbas

não foram liberadas'. Uma coisa incrível", afirma o secretário.

Sobre o metrô o engenheiro Paulo Victor considera totalmente impropriedades as informações, principalmente porque o próprio relatório diz que "as denúncias, se confirmadas, denotariam cumplicidade".

"Ora, se depois de 90 dias de investigações nenhuma denúncia foi confirmada, como colocá-las no relatório?", indaga Paulo Victor.

Questão eleitoral — Quanto aos processos em curso no Tribunal de Contas do DF, citados no relatório, Paulo Victor lembra que houve resposta, encaminhada ao deputado Roberto Magalhães, de cada item.

"Não há nenhum problema, a não ser o fato de que dias antes do requerimento feito pelo senador José Paulo Bisol em nome da CPI, a bancada distrital de oposição fizera requerimento rigorosamente igual, mostrando que existe uma questão eleitoral por trás de tudo", informou.

Quanto à Papuda, segundo o secretário de Segurança, João Manoel Brochado, o relatório também ignora totalmente as explicações dadas pelo GDF, de forma oficial. "O relatório do próprio TCU, que, diga-se de passagem, é de auditores feito por encomenda da CPI, admite que, se houve acerto prévio entre as empresas concorrentes, o GDF não teve participação. Quanto às acusações de superfaturamento, os auditores compararam o metro quadrado de uma penitenciária de

segurança máxima com o preço do metro quadrado de uma casa comum. Além do mais, o preço do metro quadrado da Papuda é dos mais baixos do Brasil, e bem menor do que a média recomendada para obras similares, o que não foi considerado pelo relatório", afirma Brochado.

Em relação ao Hospital do Paranoá, segundo Weligton Moraes, a questão não foi colocada ao governador, durante seu testemunho. Mas o próprio relatório afirma que "não foi possível aprofundar as investigações".

Contrato-padrão — Quanto à citação, no relatório de que nos documentos apreendidos na Odebrecht estava a cópia integral de um contrato-padrão da Novacap, Weligton não vê como se possa concluir que exista nisso algum ilícito. "O deputado esqueceu-se de dizer que essa pergunta foi feita ao governador e que ele respondeu que o contrato-padrão da Novacap é público e todas as empresas cadastradas, qualquer empresa ou cidadão que desejar pode obter cópia desse contrato no guichê da empresa. Inclusive o deputado Sigmaringa Seixas", afirmou.

O presidente da Caesb, Marcos Almeida, fez questão de frisar que a subcomissão de obras é permitida pela legislação brasileira e que o relatório desconheceu a resposta oficial do governador de que os recursos da emenda do deputado Sigmaringa Seixas, para o esgoto no Lago Norte, não foram usados e foram devolvidos à conta nº 55.591000-8 da agência 452-9 do Banco do Brasil.